

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar a partir da data da publicação do presente aviso e deverá ser remetida ao dirigente máximo do serviço.

16 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Edite Nogueira Baptista*.

Agrupamento Vertical de Escolas Vila d'Este

Aviso n.º 1141/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores da Escola EB 2/3 de Vila d'Este a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento Vertical reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo destes serviços, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

30 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição Paiva da Silva*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo

Edital n.º 58/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e demais disposições legais em vigor, torna-se público que, por despacho de 28 de Novembro de 2005 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo e sob proposta do conselho científico de 15 de Novembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso de provas públicas para provimento de duas vagas na categoria de professor-coordenador da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, aprovado pela Portaria n.º 987/99, de 3 de Novembro.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — O concurso é válido exclusivamente para os lugares postos a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — O concurso é aberto para a área científica de Ciências de Enfermagem e serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 6.º e na alínea *c*) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — Conteúdo funcional — o mencionado no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

6 — Vencimento e regalias sociais — de acordo com a tabela remuneratória da carreira docente do ensino superior politécnico e demais legislação aplicável aos direitos dos funcionários públicos.

7 — Formalização da candidatura:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, solicitando a admissão ao concurso, dirigido ao presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, sita à Canada dos Melancólicos, 9701-878 Angra do Heroísmo, entregue pessoalmente na Secretaria, durante as horas normais de expediente, ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, dele constando os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome completo, filiação, naturalidade, estado civil, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número fiscal de contribuinte, residência e telefone;
- Graus académicos e respectivas classificações finais;
- Categoria profissional;
- Identificação do concurso a que se candidata e *Diário da República* que publica o presente aviso;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

7.2 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Certidão do registo criminal;

- Atestado e certificado referidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48 359, de 27 de Abril de 1968, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- Documento comprovativo do vínculo à função pública e da categoria profissional actual, com a respectiva antiguidade;
- Fotocópia da cédula profissional da Ordem dos Enfermeiros, actualizada;
- Documentos comprovativos de estar nas condições exigidas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- Cinco exemplares da lição a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- Cinco exemplares de uma dissertação, a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- Cinco exemplares do currículo científico e pedagógico a que se refere a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

7.3 — Aos candidatos que exercem funções na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *c*) do n.º 7.2, desde que constem do respectivo processo individual, devendo tal facto ser declarado no requerimento de admissão ao concurso.

8 — A selecção dos candidatos será feita através de provas públicas, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que deverão revelar a capacidade científica, técnica e pedagógica dos candidatos para o desempenho das funções de professor-coordenador.

9 — As provas de concurso são regulamentadas pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

10 — A selecção e ordenação dos candidatos obedecerão a critérios que traduzam a capacidade científica, técnica e pedagógica para o desempenho das funções de professor-coordenador.

11 — O resultado final será expresso pelas fórmulas de *Aprovado* e *Recusado*, de acordo com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

12 — Ao júri reserva-se a possibilidade de solicitar informações complementares se o considerar necessário.

13 — O não cumprimento do presente aviso ou a entrega de documentos fora do prazo implica a eliminação dos candidatos.

14 — Das decisões finais proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.

15 — A divulgação da lista com o resultado final far-se-á por afixação no expositor da Secretaria da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, após a publicação do respectivo aviso no *Diário da República*.

16 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Luís Miguel Salvador Machado Gomes, professor-adjunto e presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Vogais efectivos:

Maria de Fátima Pereira Baptista Dias, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto.

Maria José Garoupa Albergaria Bicudo, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada.

Rosa Maria Carvalho da Silva, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Vogais suplentes:

Maria Lisete Borges de Meneses Parreira de Bruges, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Maria Filomena Vieira Brito de Azevedo Vieira Gomes, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

6 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Miguel Salvador Machado Gomes*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 2389/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio, e na alínea 9) do artigo 5.º da Portaria

n.º 1221/97, de 3 de Dezembro, nomeio, por um período de três anos, membros do conselho consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico as seguintes individualidades:

- a) Prof. Arquitecto Tomás Taveira;
- b) Arquitecto Vasco Massapina;
- c) Arquitecto Adalberto da Rocha Gonçalves Dias;
- d) Prof. Engenheiro Emanuel Maranha das Neves;
- e) Dr. José Sarmento de Matos.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 16 de Janeiro de 2006.

5 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Despacho n.º 2390/2006 (2.ª série). — 1 — Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 181/2003, de 16 de Agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido, nomeio, em comissão de serviço, no cargo de subdirector do Instituto das Artes o licenciado Orlando de Figueiredo Farinha.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 4 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Orlando de Figueiredo Farinha;
Data de nascimento — 24 de Julho de 1956.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concluída em 1978, com a média final de 14 valores;
Frequência do Conservatório Nacional de Lisboa (Secção de Música).

Actividade profissional:

Professor de Filosofia do ensino secundário desde Outubro de 1975. Actualmente pertence ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Cascais (10.º escalão da carreira docente);
Orientador do estágio pedagógico de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre Outubro de 1990 e Setembro de 1992;
Departamento de Enciclopédias da Editorial Verbo, de Janeiro de 1995 até Março de 1996, onde coordenou o secretariado das seguintes edições:

Enciclopédia BIBLOS — Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa;
Revisão e actualização da Enciclopédia Polis; e Dicionário Enciclopédico Fundamental;

Colaborador do Departamento de Projectos Especiais do Círculo de Leitores, entre Maio e Setembro de 1996;
Consultor da EXPO 98, entre Setembro de 1996 e Setembro de 1998; neste âmbito foi:

Colaborador do Programa Oceanofilia (programa de promoção da EXPO 98 e das suas temáticas junto da população escolar), entre Setembro de 1996 e Maio de 1998;
Director do Projecto OCEANEXPO 98 (projecto educativo via Internet que decorreu durante os anos lectivos 1996-1997 e 1997-1998 e em que participaram cerca de 300 escolas portuguesas e estrangeiras);
Director do *Jornal do Gil* (jornal juvenil da EXPO 98), a partir do número de Setembro de 1997;
Colaborador do Departamento de Edições da EXPO 98, a partir de Junho de 1998, tendo coordenado a edição dos álbuns *Memória da Intervenção* e *Memória da Exposição*, de que foi também autor dos textos.

Despacho n.º 2391/2006 (2.ª série). — 1 — Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 181/2003, de 16 de Agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos

n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investida, nomeio, em comissão de serviço, no cargo de subdirector do Instituto das Artes a mestre Maria Adelaide Fernandes Ginga Tchen.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 4 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria Adelaide Fernandes Ginga Tchen;
Data de nascimento — 12 de Abril de 1971.

Habilitações académicas:

Licenciatura em História, variante de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção século XX), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa Praxis XXI). Obtenção do grau de mestre em História (1999);
Mestrado em Estudos Curatoriais, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2003).

Actividade profissional:

Coordenadora do Gabinete de Internacionalização do Instituto das Artes/Ministério da Cultura, desde Abril de 2004;
Representante do Instituto das Artes no protocolo IA/FUNARTE;
Coordenadora do projecto de estudo da colecção de cartazes de Joaquim António Viegas, do Museu Municipal de Faro, desde Fevereiro de 2004 — comissária científica do projecto de apresentação da colecção;
Comissária da exposição «Cinema em cartaz», do Museu Municipal de Faro/FCNC, de 24 de Setembro a 31 de Dezembro de 2005;
Investigadora do CEIS 20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, desde Dezembro de 2001;
Coordenadora de Produção da Representação Portuguesa à 50.ª Bienal de Veneza de Artes Visuais de 2003;
Produtora da representação portuguesa à 8.ª Bienal de Veneza de Arquitectura de 2002;
Produtora da representação portuguesa à 49.ª Bienal de Veneza de Artes Visuais de 2001;
Investigadora do projecto «Contrato político e fundamentação monárquica antiliberal. Caditanos e Vintistas», sob a responsabilidade científica do Prof. Doutor António da Silva Pereira — projecto de investigação do Instituto de História Contemporânea, FCSH, UNL, Junho de 2000;
Assistente editorial e bibliotecária do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, acumulando funções de produtora em exposições, colóquios e outros encontros científicos;
Documentalista iconográfica (investigação fotográfica e documental para ilustração) do livro *História do Metropolitano de Lisboa: Um Metro e uma Cidade*, 2 volumes, da autoria de Maria Fernanda Rollo, edição do Metropolitano de Lisboa;
Documentalista iconográfica (investigação fotográfica e documental para ilustração) dos livros de Maria João Avillez, *Soares, Democracia*, 1996, e *Soares, o Presidente*.
Colaboradora do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*;
Investigadora no projecto «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» (documentário para a RTP sobre propaganda do Estado Novo), financiado pelo IPAC e realizado pelo GER — Grupo de Estudos e Realizações, L.ª

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 2392/2006 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 5.º e 9.º do Regulamento de Estágio para Ingresso na Carreira de Inspector Superior da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, nomeio o júri e o orientador do estágio do concurso de admissão de quatro inspectores da carreira de inspector superior, aberto pelo aviso